

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO A IMPORTÂNCIA DAS REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA E DIREITOS DA EDUCAÇÃO NO CAMPO

Sandra Candido Petrica, educando do curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioere, e-mail: sandrapetrica@hotmail.com.

Luiz Rogério Oliveira da Silva. Educador Orientador, UFRP Litoral.

RESUMO

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador e ganhou força a partir da instituição pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos.

Para atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo, agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, vem sendo concebida a Educação no Campo.

Esse trabalho se destina a contribuir com o debate e a compreensão dos mecanismos, e implicações que têm caracterizado as intervenções do Estado e as ações da sociedade civil para a educação dos povos do campo. Parte da

compreensão da história política, das nuances conceituais e metodológicas intrínsecas à sua natureza político-pedagógica e tem por finalidade refletir sobre as dificuldades de se estabelecer uma escola no campo e sua dimensão política.

Palavras-chave: desenvolvimento, movimentos sociais, política educacional.

1- DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

Ainda que permaneça a tendência de urbanização da população brasileira, dados do IBGE constatam um expressivo contingente de pessoas que vivem no campo. Além disso, conforme documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação:

[...] se consideramos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica, conforme propõe VEIGA (2001), entre os 5.560 municípios brasileiros 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com esse critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2% e a população rural corresponde a praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país. Dessa forma focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural. (BRASIL. MEC/INEP. 2006; 07-08).

As pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pesquisa intitulada Panorama da Educação do Campo (Brasília: INEP/MEC, 2006) têm apontado como principais dificuldades em relação à educação do campo:

- Insuficiência e precariedade das instalações físicas da maioria das escolas;
- Dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar.

- Falta de professores habilitados efetivados, o que provoca constante rotatividade;
- Falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- Ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- Predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- Falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- Baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série;
- Baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
- Necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

1.2- PASSEIO PELO DITO SONHOS POSSÍVEIS

O artigo 28 que aponta direcionamento específico para a escola do campo, está incluso no capítulo que trata da educação básica, conforme, (Lei nº 9394/96, art. 28 da Lei de Diretrizes de Base – LDB).

Para tecermos comentários a respeito faz-se interessante sua leitura art.28 “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:”

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - Adequação à natureza do trabalho zona rural.

“A falta da esperança fraqueja a luta e esperança sem a luta torna-se desespero”. (FREIRE, p.10-11). Se quisermos enxergar a luta voltemos, pois, as esperanças. A primeira delas diz respeito ao fortalecimento das identidades. Sujeitos podem ir a uma escola não mais estranha ao seu cotidiano, ali eles se identificam, dialogam, conhecem e se conhecem inclusive como grupo. Tal identificação é pertinente para a organização comunitária que sabendo quem é também saberá o que quer. Um grupo que tem a voz de suas reivindicações estará apto a assumir sua autonomia.

Por fim, vale ressaltar a presença de um currículo que atenda os interesses das populações locais. Colocando em vista seus interesses, assume-se a essência não neutra da educação, havendo um enfrentamento das ideologias dominantes que tendem a homogeneização. Principalmente no que diz respeito a distribuição de políticas públicas.

Voltando ao texto da lei, observamos que a parte que trata a educação do campo está inclusa no capítulo da Educação Básica e estariam aí os seus limites. Enquanto a educação na cidade oportuniza meios para quem quer chegar ao nível superior, o campo talvez por ser atrasado na concepção de alguns só necessitaria da educação básica. Então, se houver a necessidade de professores, médicos, agrônomos, veterinários, dentre outros, devem vir da cidade grande, o que reforça a idéia do urbano como lugar do desenvolvimento. Há o perigo de educar para o contexto da globalização onde os sujeitos devem ser conservados na periferia sócios econômica.

Outro ponto a ser destacado é aquele que diz adaptar os conteúdos, os calendários e o material didático as condições de vida do meio rural. É sabido que diante do descaso do poder público as escolas do campo sempre foram desprovidas de quase tudo. Então se fala de adaptação, mas não deixa claro quem vai pagar a conta, contando que o regime de colaboração entre sistemas de ensino nem sempre existe e o que há é uma concorrência por número de alunos e conseqüentemente

por verbas, a escola do campo por ser na maioria das vezes de ensino fundamental é, portanto, de responsabilidade do município.

O fato de termos uma lei enxuta, não deixa que esta desvele a quem competem estas adaptações, o ônus do trabalho ficou por competência dos municípios e o que se questiona é se diante do recente processo histórico de redemocratização, as instituições municipais estariam aptas a fazerem sozinhas, esta adaptação qualitativa? Tendo em vista que grande parte dos pequenos municípios permanece com as mesmas oligarquias de outrora. As dificuldades podem ser melhores evidenciadas quando se compara ao diferencial entre o valor aluno urbano e valor aluno rural estipulado pelo Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Ainda que haja um mérito em reconhecer que o campo necessita de uma atenção diferenciada, os números não parecem dar conta dos anos de exclusão com que foi vitimada a população rural.

1.3- POR UM TRATAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

O tratamento da Educação do Campo está mudando. É reconhecida sua especificidade. Sobretudo se avança no reconhecimento de que urge outro tratamento público do direito dos povos do campo à educação.

Os movimentos sociais vêm fazendo uma longa e tensa caminhada para colocar o campo na agenda pública. Os estados e mais particularmente os municípios percebem que a gestão da chamada educação rural está a exigir uma redefinição profunda.

O Ministério da Educação passou a preocupar-se com equacionar uma agenda específica para a educação do campo. Avança, assim, a consciência da necessidade de uma Política Pública da Educação do Campo. Reconhecida a urgência de colocar a educação para o povo brasileiro que trabalha e vive no campo como política pública, o que pode significar esse reconhecimento? Recuperar o atraso? Não é necessário trazer demasiados dados para reconhecer que a educação do campo apresenta um quadro extremamente crítico.

Sua história precária vem ficando mais evidente diante de dados tão proclamados sobre a quase universalização do ensino fundamental no país e com os avanços do ensino médio e da educação infantil e de jovens e adultos nas cidades.

É ainda freqüente interpretar esse atraso como uma herança ou como um fardo recebido de um passado ainda não superado. Nessa interpretação assumir essa realidade como política pública significaria apenas corrigir esse atraso através de políticas compensatórias?

Uma das funções de uma política pública deveria ser superar essas análises. Incentivar e criar condições para que ultrapassados olhares e imaginários sobre o campo e especificamente sobre a educação, sejam confrontados com dados, pesquisas e análises séria. A realidade da educação do campo e de seus condicionantes históricos é desconhecida. Assumi-la na agenda pública exigirá como uma primeira tarefa estimular seu conhecimento. Por em ação as agências públicas capazes de pesquisar, analisar, diagnosticar com especial atenção essa realidade. Pensamos nas agências de fomento à pesquisa, nas universidades etc. Exigirá, ainda, criar mecanismos para que uma visão nova, mais realista, menos estereotipada do campo oriente os diversos agentes da educação: Ministérios, Secretarias estaduais e municipais, Conselhos de Educação. Que uma nova visão

orienta a formulação de políticas e formação de profissionais e reorientação de currículos, produção de material didático, etc.

A reprodução do uso privado do público é uma das determinantes mais perversas na reprodução do atraso e da precarização da educação dita rural. Reivindicar que seja assumida na agenda pública deverá significar criar mecanismos compulsórios de superação desse tradicional uso privado do público. Este talvez seja um dos aspectos mais delicados e ao mesmo tempo mais urgentes a ser assumido. Pretende-se um trato realmente público da educação do campo, não se trata, pois, de revitalizar ou reforçar a velha política privatista do público, mas superá-la como um fardo incompatível com a obrigatoriedade dos governos de garantir o direito à educação dos cidadãos brasileiros que trabalham e vivem no campo. Será oportuno lembrar que os avanços na universalização desse direito se deram sem dúvida por pressões políticas por um trato mais público do público. Pela superação do uso privado de recursos, das normas, das escolas, da nomeação de professores etc. Esse trato mais público do público tem de ser assumido politicamente para que chegue até a administração do sistema de educação do campo.

2- DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho foi elaborado a partir de minha experiência no Município de Ubatã-Pr. Onde resido e procurei aplicar os conhecimentos adquiridos no curso de pós-graduação Educação do campo.

No Município temos duas escolas na zona rural denominadas: Escola Municipal João Bertoli e Escola Estadual São João situada na Comunidade São

João, com funcionamento do Ensino Fundamental, com 46 alunos e Escola Maria Gomes Bezerra, situada no Distrito de Yolanda, Ensino Fundamental e Médio, média de 150 alunos, fizemos a pesquisa no primeiro semestre do ano de 2009, constatamos que ambas trabalham com o currículo similar aos das escolas da zona urbana. A primeira escola visitada nos recebeu muito bem, abriu as portas aos conhecimentos e após conversa com a orientação educacional, foi proposto fazer uma conscientização com os pais e então marcamos uma reunião, roda de troca de experiências, enfocando as necessidades de um currículo e calendário voltado às necessidades peculiares da localidade. Fizemos um debate organizado em grupos com os seguintes questionamentos: Qual o projeto de futuro da infância e juventude neste local? Quais as esperanças que constroem para estas gerações? Qual é o projeto que a escola tem e está construindo para esta região? O que existe hoje, quais são os desafios e o que é possível fazer? E essas experiências foram úteis para uma melhor conscientização de reivindicações que a referida escola estaria repassando para a SEED (Secretaria Estadual de Educação). A Segunda escola estava reivindicando junto a SEED (Secretaria Estadual de Educação) o “Status” de Escola do Campo, buscando apropriar o currículo e o calendário a necessidade da localidade, onde está inserida. Quando chega à época de plantação e colheitas e demais períodos de trabalho, ligados à mão de obra dos agricultores (homens do campo) os alunos filhos dos mesmos, precisam ajudá-los no trabalho e faltam à escola por longos períodos. O calendário escolar, o currículo e demais especificidades respeitadas pelas escolas do campo, trazem benefícios e é isso que a referida escola estava articulando e reivindicando.

O terceiro local visitado foi o projeto social Curumim, situado na periferia da cidade, denominada Vila Recife, que atende 160 crianças em contra turno, de 06 a 16 anos de idade. Trabalhei neste projeto como coordenadora no período de fevereiro de 2009 a fevereiro de 2010, e me chamou a atenção ao conversar com as crianças, notei que as mesmas em sua maioria já haviam residido na zona rural, então a pesquisa foi: O porquê dessas famílias migrarem da zona rural para a zona

urbana? Aproveitamos à ajuda dos profissionais do projeto e visitamos vinte famílias, foi feito o questionamento acima citado, em relação à vivência das famílias na periferia, enfocando o porquê das mesmas migrarem para a zona urbana. O que constatamos foi: que as famílias migraram para a zona urbana, para buscarem melhores condições para viver, trabalhar, estudar. Mas infelizmente não foi isso que eles encontraram quando chegaram à cidade e foram procurar trabalho. Deparou-se com as seguintes dificuldades no mercado de trabalho:

- A maioria tem nível de escolaridade baixa, 1ª e 2ª série do ensino fundamental, ou não alfabetizado.
- Não possuem nenhuma experiência de trabalho ou mão de obra, exigidas pelo mercado de trabalho que a zona urbana oferece.
- Não receberam nenhum embasamento ou enfoque de uma educação diferenciada para permanecerem na zona rural.

Muitos enfatizam que com certeza se estivessem ainda na zona rural, mas com um aprendizado focado na sua permanência e sobrevivência e geração de renda, nunca teriam deixado o campo para se aventurar na zona urbana.

2.1-RESULTADOS ALCANÇADOS, DIFICULDADE E DIAGNÓSTICO DA PESQUISA.

A escola Maria Gomes Bezerra, do Distrito de Yolanda, recebeu o “Status” de Escola do Campo, mais ainda está limitada ao trabalho diferenciado por depender de políticas públicas e está dependendo de resoluções das mesmas. Ingressou juntamente com as demais escolas do Estado do Paraná que são escolas do campo, para em conjunto, reivindicar e lutar para que possam ter os calendários que corresponda à realidade da comunidade em que estão inseridas. As mesmas lutam também para um concurso público diferenciado para professores e demais funcionários da escola do campo, pois na atualidade o corpo docente e funcionários

são os admitidos pelos concursos realizados para a zona urbana, deixando a desejar na qualificação em relação a escola do campo e suas especificidades.

A escola São João, da comunidade São João, está tentando implantar o ensino médio, como escola inserida na zona rural seria o curso de Técnico Agrícola, e as iniciativas partiram das reuniões que aconteceram no decorrer do curso de Pós-graduação Educação no Campo e com os direcionamentos apresentados nas reuniões. A dificuldade que está surgindo para a implantação do curso técnico agrícola, são as questões financeiras, pois um colégio agrícola necessita de no mínimo vinte (20) alqueires de terra, ou sejam 48,4 hectares. A justificativa recebida para a não autorização do curso é que na região do nosso município o valor da compra das terras para a implantação do curso seria muito alto, e que tem municípios não tão distantes, com colégios agrícolas, como Palotina-Pr. e Toledo-Pr. e que as terras tem um custo bem menor, com isso é mais viável para serem adquiridos pelo poder público e ampliadas as vagas nos colégios já existentes.

O projeto social Curumim, situado na Vila Recife, periferia da zona urbana do município, ao visitarmos as famílias fizemos o direcionamento dos ideais e as famílias que mostraram interesse em retornar a Zona Rural, conseguimos um curso para os filhos (as) através do Sindicato Rural e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), fizeram o curso, “Jovem Aprendiz Agricultor”, o curso foi de um ano e foram direcionadas as famílias que já tiveram ou mantêm vínculos com a zona rural, das 20 famílias entrevistadas, 08 se mostraram interessadas em participar do curso e foram atendidas, através do curso Jovem Aprendiz Agricultor, com palestras, cursos, passeios e experiências voltadas a zona rural. Constatamos que as políticas da educação do campo devem enfatizar as necessidades e vivências do homem do campo, com suas especificidades, cultura, costumes, períodos, datas, iniciativas, problemas e resoluções, pois estes são enraizados ali e ali devem crescer e se desenvolver.

2.2-CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA DO CAMPO

Se tomarmos em consideração pela pesquisa apresentada, que um processo de reorganização da escola do campo, tem como base o “movimento” do seu entorno, a postura da escola poderá contribuir com o povo do campo, que vive naquele local. Quando se envolver nas ações que se desdobram das dimensões do projeto de desenvolvimento que está sendo construído mesmo sabendo de seus limites na transformação social, conforme nos diz a autora:

As escolas, por si só, não são capazes de promover mudanças maiores. Assim coloca-se a necessidade da sua estrita vinculação com as formas materiais de produção da vida, ou seja, com o trabalho. A base da educação e da escola está na possibilidade concreta das pessoas produzirem seus meios de vida no campo brasileiro, de terem acesso a terra, aos instrumentos de trabalho, a tecnologia, à informação e conhecimento, à água, à assistência técnica, entre outras. (VENDRAMINI, 2008, p.08).

É neste sentido que afirmamos ser possível tomar como ponto de partida de um projeto de desenvolvimento e educação do campo o processo em curso no local, pois a escola poderá contribuir na organização do trabalho e por sua vez, este movimento e seus resultados contribuirão para a construção do PPP (Projeto Político Pedagógico). Tendo em vista que, a compreensão e a reflexão do contexto se darão através da participação dos educadores em todo o processo.

A escola é o lugar das relações educativas formais. O mundo atual, porém, exige que na escola sejam valorizados lugares em que acontece a educação, na sua vertente informal e não-formal. A roça, a mata, os rios ou o mar, as associações comunitárias, etc. são lugares educativos que, às vezes, justamente por causa do contato diário, passam despercebidos, esquecidos do momento da elaboração dos planejamentos de ensino. [...] Repensar o espaço escolar e as formas de encaminhamento metodológico, induzirá a uma reorganização dos tempos escolares [...] é preciso que o projeto político-pedagógico seja coerente com seus princípios pedagógicos [...] em relação aos tempos pedagógicos, há ainda que se considerar a dinâmica da vida do campo [...] (PARANÁ, 2006, p.41).

Compreender o paradigma do campo onde se situa a educação do campo é, sem dúvida, desafiador para quem vive sob a dependência de um projeto hegemônico do capitalismo no campo e todas as suas conseqüências. Estas mediações pedagógicas e práticas educativas colocam certa direção para aprofundar conteúdo e ação desde uma concepção perspectiva do campo como um espaço de vida a partir das práticas dos camponeses, práticas de resistência e contraposição aos projetos do capital.

Dentre elas destacam-se ações como: plantar, colher, transformar, guardar, festejar e trocar as sementes e as mudas, conservar e compartilhar alimento, proteger as formas de vida, a biodiversidade, a água e os recursos da natureza, de buscar a soberania e segurança alimentar e de relacionar-se de forma solidária entre si na família, vizinhança e comunidade, utilizando-se de antigas práticas e tradições.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um tratamento mais público na educação do campo poderá ser a garantia de novos tempos para a história da educação. Reconhecida no terreno dos direitos universais de todo o ser humano e assumido como dever do Estado, a educação dos diversos povos do campo poderá ser construída em novas bases. Políticas universais, porém referidas a concretude das formas de vida e trabalho, referidas à cultura, aos valores, a sociabilidade dos diversos povos do campo. Políticas que reconheçam os princípios, as diretrizes universais, aceitas no campo da educação, mas antes de tudo que garantam as bases, materialidade sem a qual os princípios não se traduzam em garantias concretas. Conseqüentemente, dar prioridade na agenda da política pública a existência física de escolas do campo no campo, no contexto cultural e social onde a infância e adolescência se socializam. Definir responsabilidades políticas mais precisas nos diversos entes federativos. Não

deixando a educação do campo, a indefinição de responsabilidades. Definir normas mais compulsórias de aplicação dos recursos, de fixação de um corpo profissional qualificado e permanente. Definir uma estrutura adequada, própria de organização do trabalho nas escolas. Criar estatutos do magistério do campo: concursos, salário, qualificação permanente, estabilidade, carreira etc, de modo a fixar um corpo mais estável e mais identificado com as formas de viver, com os valores e a cultura dos povos do campo. Sem essas bases sólidas a educação do campo continuará tão vulnerável quando esteve em sua triste história.

A educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela:

- **Educação formal** – são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário.
- **Educação Não-Formal** – São aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

Assim a educação do campo é maior que à escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. Embora a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana. No entanto, o resgate da importância da escolarização como processo formativo do ser humano, tem se constituído um movimento de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, como nunca ocorreu na história desse país, inclusive o campo brasileiro tem despontado como um celeiro de experiências educativas inovadoras envolvendo os Movimentos Sociais, ONG's, Pastorais, Poder Público Municipal e Estadual e Escolas de Formação Sindical que estão redesenhando o papel que a escola pode

desempenhar no processo de inclusão das pessoas, como uma ferramenta estratégica na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.

Referências

ANDERY, Maria Amália et.al. Pra compreender a ciência uma perspectiva histórica 14 de Janeiro: Garamound: São Paulo: EDC,2004

ARROYO m.g. Formação de Educadores e Educadores do Campo. Brasília: MEC 2004.

BRASIL Câmara dos Deputados: Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Plano Nacional de Educação. Brasília: Câmara dos Deputados 2002.

____Ministério da Educação. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego. Saberes da Terra. Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Profissional para Agricultores (as) Familiares. Brasília. MEC/MTE, 2005.

____Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo. Brasília MEC/CNE, 2003.

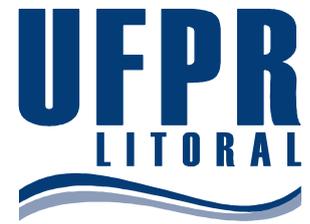
____Ministério da Educação Conselho Nacional da Educação Parecer CNE/CEB nº 1/2006. Dias Letivos para aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFA) Brasília MEC/CNE, 2003.

CALAZANS, m.j.c. Para entender a Educação do Estado no Meio Rural: traços de uma trajetória. 2005. Disponível em <<http://www.tvbrasil.com.br/salto>> acesso em dez. 2010

CALDART. R.s. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo, In: MOLINA M.C.JESUS. S.M. Por uma Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



FAUSTO, Boris, História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1998.

Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2000.

RIBEIRO, M. L. S. História da Educação Brasileira a organização escolar 13^a Edição. Campinas: Autores Associados. 1993.